

Quilombo Chácara da Cruz: a história da família Kinho e os Butiazais de Tapes
*Quilombo Chácara da Cruz: the history of the Kinho family and the
Butiazais de Tapes*

SANTOS, Joseane¹; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela²

¹ Especialista Análise e Manejo de Sistemas Socioecológicos, Unidade de Tapes, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, santosjosy1970@hotmail.com; ²- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional, Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional - NESAN, Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET UFRGS, Centro de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade e Segurança Alimentar e Nutricional - ASSSAN – Centro de Referência, gabriela.coelho@pq.cnpq.br

Resumo

O Quilombo Chácara da Cruz, situado no município de Tapes, no Território Centro Sul do Rio Grande do Sul é um quilombo urbano, sua história foi resgatada por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças e representantes da família Kinho, além de análise documental buscando aspectos da história familiar, a origem do nome do quilombo e da comunidade, da luta pela legalização da terra. Representando uma área de 14 hectares, o Quilombo Chácara da Cruz tem a posse do território desde 1890. Suas terras, foram legalizadas perante pagamento de impostos pelo grupo os quais foram obtidos do extrativismo da crina de butiá. No Quilombo vivem 27 famílias que mantêm laços de parentesco entre si e descendem da família Kinho. A comunidade valoriza as tradições culturais dos antepassados.

Palavras-chave: Comunidades remanescentes de quilobos; história quilombo Chácara da Cruz; Território Rural Centro Sul.

Introdução

Os butiazais do município de Tapes constituem nos maiores remanescentes do Estado do Rio Grande do Sul. No município eles apresentam forte relação com histórica, turística e cultural, estando associado à história do Quilombo Chácara da Cruz (SANTOS *et al.*, 2017). Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi regatar o processo de constituição do quilombo Chácara da Cruz, enfatizando a relação da família Kinho, com os butiazais de Tapes no Rio Grande do Sul.

Metodologia

O processo de resgate da história da comunidade Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes, e o seu reconhecimento, foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças e representantes da família Kinho, no período de maio a julho de 2016, além de análise documental buscando aspectos da história familiar e da comunidade. Também foram realizadas visitas aos trabalhos sociais desenvolvidos pela associação quilombola, as quais foram registradas em

caderno de campo. As entrevistas foram transcritas e os dados foram analisados por análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

O Quilombo Chácara da Cruz e sua História

A D. Firmina Kinho veio da África em um dos navios “negreiros” que atracavam no porto de Tapes. Segundo relatos:

Tenho descendência africana, minha bisavó materna, veio como todo o negro que chegou no Brasil. No período da colonização, nos chamados “Navios negreiros”, que atracou no porto de Tapes no século XIX, com ela veio, um irmão (esse era recém-nascido) e uma irmã, uma tia com seus filhos primos, esses não sei a quantidade nem os nomes, pois naquele época tão triste que a nossa raça negra passou, não nos era permitido falar a nossa língua, muito menos contar a nossa história. Minha avó (que era filha dessa africana), me contava com muita tristeza e lágrimas nos olhos, a sua triste estória. (bisneta D. Firmina)

Quando desembarcou no porto de Tapes, com seus familiares e filhos, foi comprada pela família Peixoto, para servir como ama de leite, sendo separada dos filhos que foram comprados por parentes dessa família escravista. A filha de D. Firmina que relata a história, conviveu com o irmão, pelo qual tinha forte ligação:

quando houve a famosa “abolição”, e os negros foram soltos, simplesmente assim “soltos”, felizes por terem conseguido a tão famosa “liberdade”, que foi só um sonho, uma utopia, pois foram libertos igual a bois no campo, sem rumo, sem casa, sem esperança, pois não tinham para onde ir, e nem para quem pedir ajuda, muitos preferiram continuar como escravos, outros foram embora e voltaram, pois não tinham condições de alimentarem seus filhos. Ficavam trabalhando por casa e comida. ... diziam que não eram mais escravos, somente no nome, mas as condições de vida não mudaram. (bisneta D. Firmina)

Como D. Firmina não teve opção de ir embora, foi novamente ama de leite do caçula da família. Depois de alguns anos, uma tia que veio junto da África, que morava em Porto Alegre, buscou minha avó que era filha da D. Firmina que nasceu aqui no Brasil, para ir morar consigo. Segundo o relato de Maria Ester Kinho, para sua neta, esse trecho da vida foi o período mais difícil de sua vida, pois passou muita fome. Pois, um tempo depois da mudança, o marido de sua tia morreu e a mesma adoeceu. Certo dia estava comendo comida dos bichos, e, após assistir essa cena chocante, uma família que morava próxima da casa, consultou sua tia se ela podia morar com eles, pois tinham uma filha da mesma idade que precisava de companhia, e como a menina era doente eles precisavam de ajuda.

Essa família terminou de criar a D. Maria Ester Kinho e a tratavam como filha. Anos mais tarde foram morar na Bahia, pois a saúde da menina estava muito frágil, lá ela estudou enfermagem e se tornou parteira. Passou um período muito realizada, conheceu São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares. Entretanto, sua mãe mandou buscá-la, pois a sua irmã, que tinha vinda da África, faleceu. Ela voltou a Tapes

apreensiva, pois achou que tinha acontecido algo grave também com sua mãe, chegando na cidade, descobriu que estava noiva de um sobrinho dos fundadores da cidade, Manoel Angenor Vieira Rodrigues. Ela não teve outra opção, sendo assim casou-se. Um tempo depois de casada buscou a sua mãe para morar consigo, segundo ela, foi um período muito difícil, pois o marido no início não aceitou sua mãe, por ser uma ex-escrava.

Maria Ester, filha de D. Firmina, tinha nascido na “lei do ventre livre”, onde todos os brasileiros, nascidos após 13 de maio de 1888, eram livres, e sim negros alforriados. O seu irmão, Jerônimo, era bem mais velho que ela, sendo assim nasceu escravo:

ela passou coisas terríveis, por ser revoltado ele nunca aceitou a condição de ser escravo, os escravos de dentro de casa a língua era cortada para que não falassem com os outros escravos. Os que fugiam, quando eram encontrados os pés eram cortados para que não fugissem mais e serviam de exemplos para os outros escravos. Os que falavam em liberdade eram colocados no tronco, e açoitados o quanto aguentasse. Seu irmão foi muitas vezes açoitado, ficou várias vezes depois de apanhar, até quase morrer, amarrado no tronco sem água e sem comida. Ele nunca aceitou aquela vida, não aceitava de maneira alguma o desrespeito com o próximo, ele chamava os negros que tinham nascido naquela época de “filhos do ódio”, pois não eram filhos do amor e sim do abuso, não somente do corpo, mas também da alma. seu irmão tinha uma tristeza e um ódio, que o ódio é que fazia ele resistir a toda aquele sofrimento, que ele morreu de tanto ódio. (bisneta D. Firmina)

Nessa mesma época apareceu na cidade um irmão deles, que veio junto da África, que havia se tornado marinheiro e percorrido o mundo. Quando desembarcou novamente no Brasil, no Rio de Janeiro, assim que foi possível foi buscar sua família. Tinha feito um juramento que nunca mais nenhum componente da sua família, iria passar fome ou humilhações. Ele desembarcou em Porto Alegre fixando moradia. Assim chegou na cidade de Tapes e conseguiu rever sua irmã e sobrinhos, reestabelecendo as relações familiares e adquirindo moradia para todos. Entretanto, esta situação deflagrou uma nova revolta:

O seu sobrinho Jerônimo, filho de D. Firmina que veio da África, aliviou a alma, pois estava com muita raiva, pois ao pegar a sua certidão de nascimento para comprar sua tão sonhada casinha, que seu tio deu, percebeu que seu nome estava com o sobrenome da família escravista. Dizia que ele chorou muito e com muito ódio no coração e na alma, disse que não aceitava aquele nome, que o nome dele era Kinho. (bisneta D. Firmina)

O filho de D. Firmina, assim que comprou sua casa, como era um artesão competente e artista, fez uma placa enorme de madeira e a colocou na entrada da casa “Cruz Moreira”. Os amigos, conhecidos e a família, perguntavam o porquê do “Cruz Moreira”, se não havia na região o sobrenome “Cruz”, e a resposta foi: “o Cruz é para que todos “excomunguem” um nome que não é, e nunca foi o meu, pois o meu nome e da minha família é “Kinho””.

A família Kinho foi se estabelecendo neste local, conforme o tempo foi passando, mas nunca esqueceu suas origens, tendo muito orgulho e respeito por sua história. A família passou a residir em 14 hectares no centro da cidade, possuindo outras terras em áreas rurais nos butiazais de Tapes. Como uma das principais atividades econômicas da época era a comercialização de folhas dos butiazeiros, a família Kinho passou a arrendar para os “Malacati”, pessoas que arrendavam terras para a extração das crinas dos butiás, suas áreas de butiazais. E as mulheres do quilombo, realizavam trabalho em suas casas trançando as crinas de butiá para a confecção de cordas, usada pelos barcos no próspero porto de Tapes.

Foi dessa forma, com mão-de-obra das mulheres do quilombo que teciam cordas e com o arrendamento das áreas de terra no butiazal, que os remanescentes do quilombo Chácara da Cruz legalizaram suas terras, no ano de 1890, por meio de sua compra.

A Associação Quilombo Chácara da Cruz foi criada com a finalidade de legalizar as terras do quilombo. Esse processo começou com o irmão do presidente, que ficou sabendo que a comunidade poderia legalizar suas terras como quilombo. Então iniciou o processo, mas veio a falecer em 2010. Entretanto, a comunidade deu andamento.

Antes de ser quilombo Chácara da Cruz o lugar já tinha sido chamado de “Rincão dos negros” e depois de “campo do Biúte⁸”. Em 2014, a Comunidade Chácara da Cruz foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (Portaria 61 de 20 de maio de 2014) (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2014). As terras do quilombo equivalem a 14 hectares e está localizado em área urbana, situado na margem esquerda da sanga do meio e entre a Av. Sídia Albuquerque Jardim, em Tapes. As terras em área rural estão em disputa com proprietários que se apropriaram de seus limites, não havendo clareza de sua extensão. Desde 1890, os proprietários quilombolas pagam impostos sobre a área urbana, estando em dia com o imposto sobre propriedade territorial e urbana.

A comunidade remanescente do Quilombo Chácara da Cruz foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2014, por meio do processo nº01420.003692/2014-73 (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2014). Nas áreas urbanas do Quilombo vivem 27 famílias que mantêm laços de parentesco entre si e descendem da família Kinho. Eles trabalham na cidade, produzem alimentos em pequenas hortas, não comercializando nos programas PAA e PNAE.

A Associação está sempre envolvida com a cultura na sociedade tapense, pois a tesoureira da associação, irmã do presidente, é presidente da escola de samba mais antiga e conceituada de Tapes, intitulada “Apito de Ouro”. Essa escola é muito importante para os negros tapenses, pois foi criada por um negro muito conceituado na cidade. No ano de 2016 o tema da escola de samba foi “religião Afro”, havendo dificuldades para sua aceitação. Entretanto, ao evidenciar a importância do negro na formação do povo brasileiro, a escola se apresentou com louvor e foi vencedora do carnaval tapense desse ano.

⁸ Biúte era um negro da cidade que era carroceiro e domador de cavalos muito conhecido na cidade, pois no século XX em Tapes havia corrida de cavalos no prado da cidade popularmente chamadas de “carreiras” que era a mais famosas de toda a região.

Considerações finais

O Quilombo Chácara da Cruz apresenta uma trajetória de resiliência perante os processos históricos e socioeconômicos, tendo grande orgulho de sua história. Sua conquista de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares é recente, data de 2014. No período atual, assim como no período anterior, quando as folhas do butiazal eram fonte de renda por meio da crina de butiá, e a partir do avanço de tecnologias de processamento, os frutos estão sendo valorizados por meio de seu uso sustentável e tem um potencial de ser manejado pela comunidade como atividade produtiva. Na atualidade os programas Rota dos Butiazais e a Cadeia Solidária das Frutas Nativas, que tem o butiá como a espécie de maior destaque por estar distribuído em todo o Estado, além do Uruguai e Argentina, representa a valorização da sociobiodiversidade, a conservação dos butiazais e o fortalecimento da ATER voltada aos remanescentes de quilombos.

Embora a titulação seja um direito, ela exige que a comunidade tome decisões referentes a tornar a área de propriedade coletiva e suas terras inalienáveis. Essa é uma decisão que passa a influenciar o modo de vida das comunidades, na medida em imprime uma diretriz para todas as gerações: de manutenção da identidade quilombola e da configuração da área do território ao longo do tempo. Assumir esse modo de vida coletivo de uma Terra Quilombola implica na tomada de decisões sobre a gestão ambiental da área, aproximando o seu funcionamento ao de uma Área Protegida. Visualizar a gestão das Terras Quilombolas como áreas protegidas permite uma articulação dos territórios quilombolas com as políticas de conservação, fortalecendo as políticas de gestão territorial.

Agradecimentos

As autoras agradecem a Comunidade Quilombo Chácara da Cruz, à família Kinho, ao suporte do Edital UNASUL/CNPq - Processo 43357/2016-1 e Edital MCTIC/CNPq - Processo 441493/2017-3; Processo 441526/2017-9.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Persona, Portugal. 1977. 223p.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Portaria no 61, de 20 de maio de 2014**. Registrar no Livro de Cadastro Geral nº 16 e certificar que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades que se autodefinem como remanescentes de quilombo. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/02-2014-Portaria-n%C2%BA-de-de-MAIO-de-2014.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- SANTOS, J. ; LIMA, S. H. ; COELHO-DE-SOUZA, G. Políticas Territoriais Voltadas Aos Remanescentes De Quilombos Em Territórios Rurais No Rio Grande Do Sul: O Caso Do Quilombo Chácara Da Cruz No Município de Tapes. **Revista Nera** (UNESP), v. 20, p. 216-233, 2017.